



MINISTÉRIO DA DEFESA

SECRETARIA GERAL

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO

PROJETO BÁSICO Nº 13/ 2022 - SEADM-PV

1. **OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de lavagem, limpeza, conservação e enceramento, sob demanda, nos veículos que compõem a frota do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, no Centro Regional de Porto Velho – CR-PV, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

CatSer	Item	Veículos/Placa	Especificação da Lavagem	Quantidade Estimada	Unitário	Valor A
13544	01	BLAZER JFP-8145 L200 TRITON QTE-7509 FRONTIER S 4X4 PAF-3413 FRONTIER S 4X4 PAF-3415	Serviço de Lavagem com aplicação de cera	96	R\$ 60,00	R\$ 5.76
	02	SANDERO EXPR 16V PAF -3732	Serviço de Lavagem com aplicação de cera	24	R\$ 45,00	R\$ 1.08
	Valor Total					R\$ 6.84

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de lavagem, limpeza, conservação e enceramento de veículos oficiais.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A contratação será de acordo com a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, previsto no Inciso II, Art. 24 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e a escolha se deu pela empresa que apresentou o preço mais vantajoso para a Administração, conforme Análise Crítica de Preços (4980088).

1.5. O prazo de vigência do Termo do Contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, com base no artigo 57, II da Lei 8.666/93.

2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Projeto Básico;

2.2. Justifica-se a contratação do serviço pelas prementes necessidades abaixo relacionadas:

2.2.1. Manter a frota de veículos em perfeito estado de higienização, assim como preservar a vida útil dos mesmos, deixando-os em perfeito estado de conservação, bem como, o bem estar dos usuários, com segurança, eficiência e confiabilidade;

2.2.2. Manter a frota de veículos em condições ideais de funcionalidade e confiabilidade, visando à segurança dos usuários e terceiros;

2.2.3. Preservar e maximizar a vida útil dos veículos, desacelerando o processo de depreciação;

2.2.4. Necessidade de asseio e conservação dos veículos deste Centro Regional, proporcionando ambiente salubre aos usuários desses bens e, ainda, a ampliação da sua vida útil.

2.3. A contratação visa atender às necessidades dos serviços de limpeza e higienização dos veículos integrantes da frota oficial do Centro Regional de Porto Velho do CENSIPAM, localizado na Avenida Lauro Sodré nº 6500, Bairro Aeroporto, Porto Velho - RO, CEP: 76803-260, considerando tratar-se de medida

administrativa relacionada à conservação e zelo com bens públicos, tendo em vista a responsabilidade da Administração em preservar tais veículos em condições de uso, de modo que estejam bem apresentáveis, visto que limpeza e higiene são sempre essenciais para qualquer atividade.

- 2.4. Cabe, ainda, ressaltar que os serviços ora pretendidos não estão compreendidos no escopo de nenhum outro Termo do Contrato da Instituição.
- 2.5. O objetivo da Contratação é a obtenção dos serviços de lavagem, Limpeza, Conservação e Enceramento dos veículos que compõem a frota do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM no Centro Regional de Porto Velho – CRPV, mantendo a frota de veículos sempre limpa e higienizada e em perfeito estado de funcionamento, garantindo, assim, condições de atendimento às demandas necessárias ao desenvolvimento das atividades das diversas áreas, visando contribuir para que o CENSIPAM continue cumprindo com a sua Missão Institucional com maior dinamização, segurança, eficiência e confiabilidade.
- 2.6. A necessidade da contratação se evidencia pelo fato de não haver do Contrato de lavagem de veículos, portanto, é necessário uma contratação em função de envolver a prestação de serviços de natureza continuada, visando suprir medidas administrativas atreladas ao desempenho das atividades meio e fim da instituição, considerando tratar-se de serviços que atendam às necessidades de lavagem e higienização dos veículos que compõem a frota do Centro Regional de Porto Velho, além do fornecimento de todos os materiais necessários para execução dos serviços e instalações apropriadas localizadas em Porto Velho - RO.
- 2.7. O objeto a ser contratado, pelo seu impacto institucional e com base nas justificativas acima mencionadas, possui natureza continuada (sob demanda), e terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do instrumento legal, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 24 (vinte e quatro) meses, nos termos do Inciso II, do artigo 57, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.
- 2.8. Os serviços são considerados “comuns”, pois enquadram-se na classificação nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 “Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Projeto Básico.
- 3.2. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do Termo do Contrato.
- 3.3. Os serviços compreenderão a lavagem completa dos veículos, com aplicação de cera.
- 3.3.1. O serviço de lavagem compreende a lavagem da lataria, vidros, pneus, tapetes, caixa de roda, porta-luvas e painel com aplicação de silicone, além dos serviços de aspiração dos bancos, porta malas, estofamento e carpetes, incluindo ainda a secagem, aplicação de cera e o devido enceramento com material apropriado.
- 3.3.2. O enceramento deve ser realizado com produto de qualidade, como a cera em pasta ou cera líquida, as quais devem ser aplicadas com materiais macios, com flanelas específicas para tal fim, para alcançar a limpeza desejada.

4. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante dispensa de licitação, diante do determinado no Art. 24 da Lei nº 8.666/93:

Art. 24º É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. A Contratada deverá possuir local apropriado (lava jato) situado em Porto Velho-RO.

5.1.2. A Contratada deverá instruir/treinar, periodicamente, seus empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

5.1.3. Ficará coberto pela pretensa contratação a frota composta por 05 (cinco) veículos conforme tabela:

CatSer	Item	Veículos/Placa	Especificação da Lavagem	Quantidade Estimada
13544	01	BLAZER JFP-8145 L200 TRITON QTE-7509 FRONTIER S 4X4 PAF-3413 FRONTIER S 4X4 PAF-3415	Serviço de Lavagem com aplicação de cera	96
	02	SANDERO EXPR 16V PAF -3732	Serviço de Lavagem com aplicação de cera	24

5.1.4. As obrigações da Contratada e do Contratante estão previstas nos itens 11 e 12 deste Projeto Básico.

5.1.5. A Contratada deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do Termo do Contrato.

5.1.6. O prazo de vigência do Termo do Contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, com base no artigo 57, II da Lei 8.666/93.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. A contratação requer que a Contratante exerça práticas de sustentabilidade previstas no Projeto Básico, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União - Agosto/2021 - 4ª edição.

6.2. Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como, a geração excessiva de resíduos, atendendo às boas práticas de responsabilidade ambiental, adotadas pela Contratante.

6.3. A Contratada precisa fazer uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados, que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

6.4. Adotar medidas para a evitar o desperdício de água tratada.

6.5. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruídos no seu funcionamento.

6.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários a execução dos serviços.

6.7. Os materiais básicos empregados pela Contratada deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

6.8. A qualquer tempo, a Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outro, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

6.9. A Contratada deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como, das boas práticas de responsabilidade ambiental.

6.10. A Contratada deverá observar as práticas relacionadas:

6.10.1. aplicar *Oil Sorb*, a base de Vermiculita, para limpeza de derramamentos de óleo ocorridos pela utilização de equipamentos ou na manutenção de viaturas;

6.10.2. estabelecer uma política de lavagem das viaturas que evite uso excessivo d'água e observe um cronograma para as lavagem;

6.10.3. instalar junto ao posto de lavagem de viaturas, junto às oficinas e aos postos de abastecimento, uma caixa coletora de água que permita a separação dos óleos e impurezas, por decantação ou outro processo, antes da liberação da água efluente, destinando os resíduos retidos a empresas ou cooperativas recolhedoras, [Roteiro Prático de Ações Sustentáveis na Administração Pública/Vogelmann Jr, Jorge Carlos. Porto Alegre: ESF 2014].

6.11. Efetuar o recolhimento do produto ou embalagem oriundos da prestação dos serviços, para fins de destinação final ambientalmente adequada.

6.12. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela CONAMA.

6.13. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto 48.138, de 08 de outubro de 2003.

6.14. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.

6.15. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicos poluentes.

6.16. A fiscalização poderá solicitar a qualquer tempo, a comprovação do descarte adequado dos materiais sob pena da aplicação de sanções.

6.17. Cumprir, além das normas de segurança constantes destas especificações, todas as outras disposições legais, federais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência, imprudência ou imperícia quantos às precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais na execução dos serviços.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Os serviços que tratam o presente Projeto Básico deverão ser executados nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, devendo a empresa contratada fornecer os insumos e equipamentos necessários a execução do serviço.

7.1.2. Os serviços nos veículos do CENSIPAM-CRPV, objeto deste Projeto Básico, serão executados **somente sob demanda**, de acordo com as necessidades deste Centro Regional, não constituindo qualquer obrigação por parte do CENSIPAM-CRPV em utilizar-se integralmente dos valores anuais dos serviços contratados.

7.1.3. A execução da limpeza/lavagem dos veículos deverá ser realizada nas dependências da empresa Contratada, conforme a necessidade do Contratante, nos dias e horários previamente agendado (segunda a sexta), utilizando mão de obra qualificada e materiais e equipamentos adequados.

7.1.4. O endereço da Contratada deve constar da proposta comercial.

7.1.5. A Contratada deverá fornecer números de telefone fixos e celulares ou quaisquer outras formas de comunicação com o preposto e responsáveis pelos serviços.

7.1.6. A empresa deve adotar todos os procedimentos necessários para preservar a integridade e segurança dos veículos sob sua guarda.

7.1.7. A Contratada deverá lavar apenas veículos que contenham placa oficial constante do Projeto Básico.

7.1.8. Os serviços deverão ser executados, mediante requisição do Fiscal do Contrato, em estrita conformidade com as especificações e condições descritas neste Projeto Básico e com as disposições do Termo do Contrato a ser celebrado.

7.1.9. Os serviços serão solicitados pelo Fiscal do Contrato, por meio de emissão de Ordem de Serviço - Apêndice C, do qual constarão a identificação do(s) veículo(s), abrangendo a marca, modelo/ano e número da placa, que será entregue por meio físico ou enviado por e-mail.

7.1.10. A requisição poderá ser feita via telefone, devendo o Fiscal do Contrato registrar posteriormente a Ordem de Serviço.

7.1.11. Os veículos serão conduzidos às dependências da Contratada por motoristas autorizados pelo Contratante, juntamente à Ordem de Serviço, constando o tipo de lavagem a ser realizada.

7.1.12. A Contratada deverá atestar na Ordem de Serviço emitida pelo Contratante o dia e a hora do recebimento dos veículos para execução dos serviços, bem como, seu estado de conservação.

7.1.13. O procedimento de entrega e recebimento do veículo será mediante anotação na Ordem de Serviço, o dia e a hora do recebimento dos veículos das condições de recebimento e entrega com suas respectivas quilometragens – Apêndice C.

7.1.14. As solicitações de lavagem deverão ser atendidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação do Fiscal, exceto as solicitações feitas às sextas-feiras, que devem ser atendidas nas segundas-feiras.

- 7.1.15. A Contratada assumirá todas as responsabilidades enquanto o veículo estiver em sua posse para a execução do serviço.
- 7.1.16. Os materiais de consumo utilizados nos serviços, dentre outros de uso corriqueiro, indispensáveis para a lavagem dos veículos objeto deste termo, estão incluídos no valor do Termo do Contrato e seu fornecimento não acarretará ônus à Contratante.
- 7.1.17. O valor mensal a ser pago será variável, conforme a quantidade de veículos lavados, devidamente comprovado com as respectivas Ordens de Serviços.
- 7.1.18. Todos os tributos relacionados à prestação de serviços, inclusive dos recursos humanos envolvidos, são de exclusiva responsabilidade da Contratada.
- 7.1.19. Na execução dos serviços deverão ser observados pela Contratada os seguintes prazos:
- a) Serviço de Lavagem com aplicação de cera: **até 5 (cinco) horas**, após a entrega do veículo – horário comercial.
 - b) A Contratada deverá refazer, às suas expensas, no prazo máximo de **até 1 (um) dia útil**, a partir da chegada do veículo ao estabelecimento da Contratada, os serviços que, a critério do Contratante e por responsabilidade da Contratada, não atendam aos requisitos necessários ou não estejam em conformidade com as especificações deste termo, contados a partir da data de ciência do termo de recusa ou do recebimento da notificação do CENSIPAM, conforme o caso.

8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico e no Termo do Contrato.
- 9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.
- 9.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do Termo do Contrato.
- 9.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 9.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 9.9. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta.
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Termo do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, no prazo de até 1 (um) dia útil.
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como, por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Termo do Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 10.8. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como, aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do Termo do Contrato.
- 10.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 10.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10.16. Manter durante toda a vigência do Termo do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- 10.17. Cumprir, durante todo o período de execução do Termo do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como, as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 10.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Termo do Contrato.
- 10.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como, os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 10.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 10.22. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 10.23. Sempre que possível, utilizar produtos que sejam biodegradáveis, principalmente os do ramo da higiene e limpeza (por exemplo: adquirir saneantes feitos à base de substâncias tensoativas biodegradáveis, que são decompostas por microrganismos).
- 10.24. Qualquer dano causado ao veículo (arranhões, deformações na carroceria, danos causados as lanternas, faróis, maçanetas, vidros e para-brisa e seus limpadores, dano a qualquer parte interna do veículo, incluindo som, chaves de seta, maçanetas e fechaduras, danos causados aos pneus como furos e rasgos, pintura descascada em virtude de algum produto, danos causados no motor por lavagem inadequada e utilização de produtos químicos em peças que não possa entrar em contato com água como centrais eletrônicas, sensores e terminais e bobinas), enquanto o veículo estiver sob seus cuidados, será de responsabilidade da empresa contratada.
- 10.25. Atender às Ordens de Serviço de lavagem de veículo de acordo com os prazos estabelecidos neste Projeto Básico, através de solicitação direta do Fiscal do Contrato, via *e-mail* ou telefone.
- 10.26. Instruir seus empregados e contratados a tratar os funcionários da Administração com urbanidade e respeito.
- 10.27. Exercer práticas de sustentabilidades tais como: treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- 10.28. Manter as dependências (lava jato) com equipamentos e condições necessárias para atendimentos aos serviços ora contratados.
- 10.29. Conservar e guardar com extrema diligência os veículos da Contratante em sua dependência durante a prestação do serviço.
- 10.30. Informar a Contratante quaisquer danos causados a quaisquer de seus bens.
- 10.31. Responsabilizar-se pelos prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio da Contratante ou de terceiros, inclusive danos à integridade física das pessoas, originados direta ou indiretamente da execução deste Termo do Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou representantes, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade.
- 10.32. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho e as normas de segurança e proteção do Ministério do Trabalho, fornecendo ao seu pessoal equipamento individual de segurança, orientando e fiscalizando o uso, conforme determinações constantes nas normas de segurança, higiene e medicina do trabalho.
- 10.33. Não caucionar ou utilizar o Termo do Contrato para qualquer outra operação financeira, sem prévia e expressa anuência da Contratante, sob pena de rescisão contratual.
- 10.34. Respeitar e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.
- 10.35. Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos originários desta contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.
- 10.36. Comunicar imediatamente à Contratante quaisquer alterações ocorridas no endereço, conta bancária e outros julgados necessários.
- 10.37. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não terão nenhum vínculo empregatício com o CENSIPAM.
- 10.38. Fornecer à Contratante os números dos telefones fixos, celulares ou quaisquer outras formas de comunicação com os responsáveis pelas equipes de manutenção preventiva e corretiva.
- 10.39. Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais, acessórios e avarias causadas por seus empregados ou preposto à Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com a art. 70 da Lei nº 8.666/93.
- 10.40. Todo e qualquer assunto relativo à execução do Termo do Contrato somente poderá ser tratado e negociado com o Fiscal do Contrato, sem que haja ingerência de terceiros não credenciados para tal fim.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Termo do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Termo do Contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 13.1. A fiscalização do Termo do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 13.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Termo do Contrato.
- 13.6. A fiscalização técnica do Termo do Contrato avaliará constantemente a execução do objeto.

- 13.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 13.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.
- 13.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 13.10. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 13.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Projeto Básico.
- 13.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 13.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 13.13.1. acompanhar o serviço contratado e atestar as notas fiscais;
- 13.13.2. realizar contatos diretos com a Contratada;
- 13.13.3. apurar eventuais faltas da Contratada que possam gerar a aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos;
- 13.13.4. realizar gestão para sanar casos omissos, na sua esfera de atuação, submetendo à autoridade superior as questões controversas decorrentes da execução do Termo do Contrato, com o objetivo de solucioná-las, preferencialmente, no âmbito administrativo;
- 13.13.5. comunicar formalmente à Contratada qualquer ocorrência, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas;
- 13.13.6. receber as alegações de defesa da Contratada, previstas no presente projeto básico e no Termo do Contrato;
- 13.13.7. analisar as alegações de defesa, visando a legalidade, razoabilidade e proporcionalidade do processo; e
- 13.13.8. outras medidas necessárias ao fiel cumprimento do Termo do Contrato e de acordo com a legislação pertinente.
- 13.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 13.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 14.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice E, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 14.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 14.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 14.3.1. Por serviço em cada carro devidamente executado, conforme especificações do Projeto Básico, e com a devida aprovação da fiscalização.
- 14.3.2. A aferição/medição do serviço será realizada mediante a avaliação e aplicação do Instrumento de Medição do Resultado (IMR), Apêndice E, deste Instrumento.
- 14.3.3. Os serviços deverão ser executados dentro dos padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho descritos no Projeto Básico.
- 14.3.4. O cumprimento de todas as condições e obrigações estabelecidas para a Contratada deverá ser aferido pelo gestor da execução contratual e pelos fiscais designados pela Contratante, de modo a garantir a observância das Normas e Legislações Brasileiras em vigor.
- 14.3.5. O monitoramento da execução consistirá: da conferência *in loco* da qualidade/quantidade dos serviços descritos neste Projeto Básico para fins de encaminhamento para pagamento, a cargo do Gestor, do Fiscal Administrativo e do Fiscal Técnico do Contrato.
- 14.3.6. Os critérios de avaliação e medição da qualidade da prestação dos serviços e, consequentemente, as faixas de ajuste do pagamento estão estabelecidos no Instrumento de Medição do Resultado (IMR), Apêndice E.
- 14.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 14.4.1. não produziu os resultados acordados;
- 14.4.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; e
- 14.4.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 14.5. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 14.6. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.
- 14.7. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 14.7.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 14.7.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do Contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do Contrato.
- 14.7.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 14.7.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do Contrato.
- 14.7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Termo do Contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo

encaminhá-los ao gestor do Termo do Contrato para recebimento definitivo.

14.7.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.7.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.8. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Termo do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

14.8.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

14.8.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.8.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

14.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Termo do Contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em Termo do Contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

14.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15. DO PAGAMENTO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.

15.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

15.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura na Unidade de Protocolo do Censipam.

15.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura na Unidade de Protocolo do Censipam, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.5. o setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.5.1. o prazo de validade;

15.5.2. a data da emissão;

15.5.3. os dados do Termo do Contrato e do órgão contratante;

15.5.4. o período de prestação dos serviços;

15.5.5. o valor a pagar; e

15.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como, quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Termo do Contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.13. Será rescindido o Termo do Contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

15.14. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

15.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100) / 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------------	--

16. REAJUSTE

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, ou de outro índice que passe a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. GARANTIA DA EXECUÇÃO

17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

17.1.1. Ao avaliar a complexidade do objeto, conclui-se que não é necessária a exigência de garantia da execução, pois o objeto será executado conforme demandado e somente será pago ao fornecedor quando for devidamente executado e aceito pela equipe de fiscalização; e

17.1.2. O Termo do Contrato envolve a execução de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- falhar na execução do Termo do Contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- fraudar na execução do Termo do Contrato;
- comportar-se de modo inidôneo; ou
- cometer fraude fiscal.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo do Contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2. **Multa:**

18.2.2.1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

18.2.2.2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Termo de Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

18.2.2.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar** no âmbito do CENSIPAM e todas as unidades abarcadas pelo Ministério da Defesa (MD), por até 2 (dois) anos;

18.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

18.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 18.2.4 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Projeto Básico.

18.4. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

Grau	Correspondência
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do Termo do Contrato

2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do Termo do Contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do Termo do Contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do Termo do Contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Termo do Contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
Item	Descrição	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	2
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	02
6	Cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	03
7	Indicar e manter durante a execução do Termo do Contrato os prepostos previstos no Projeto Básico/Termo do Contrato.	01

18.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.6.2. tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação; e

18.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na Unidade Administrativa.

18.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1. O critério de seleção foi a escolha do fornecedor com o menor preço e que contém Certidões com regularidade junto aos Órgãos Federais.

20. ESTIMATIVA DO PREÇO

20.1. O custo estimado anual da contratação é de **R\$ 6.840,00 (seis mil oitocentos e quarenta reais)**. O custo estimado global da contratação é de **R\$ 13.680,00 (treze mil seiscentos e oitenta reais)**.

21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 17/11/2023, 10:44SEI/MD - 5441182 - Projeto Básico
- 21.1. A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da Dotação Orçamentária conferida à manutenção do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, para o exercício de 2022, sob a seguinte classificação orçamentária:
- a. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
- b. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia
- c. Fonte: 100
- d. Plano Orçamentário (PO): 0007 – Funcionamento e Manutenção do Censipam
- e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168640
- f. Natureza da Despesa:

ITEM	DESCRIÇÃO	NATUREZA DA DESPESA
1	Lavagem Simples	33.90.39.78 - Limpeza e Conservação
2	Lavagem completa com aplicação de cera	33.90.39.78 - Limpeza e Conservação

g. Código do Sistema PTA/2022:245/22 – Execução do Contrato de Lavagem de veículos (CRPV).

22. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS
- 22.1. Apêndice A: Estudo Técnico Preliminar da Contratação
- 22.2. Apêndice B: Frota de Veículos e Periodicidade dos Serviços
- 22.3. Apêndice C: Modelo de Ordem de Serviço
- 22.4. Apêndice D: Modelo de Declaração de conhecimento das condições e peculiaridades
- 22.5. Apêndice E: Modelo de Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

Porto Velho, 23 de junho de 2022.

SÉRGIO LUIZ MARQUES FRAGA

Integrante Requisitante

JOSÉ ONALDO DE SOUZA JUNIOR

Integrante Técnico

DARCLEY DE LIMA ANDRADE

Integrante Administrativo

De acordo com a presente contratação.

ROSEVAL SERRADO LEITE

Gerente do Centro Regional de Porto Velho

Aprovo de acordo com o artigo 7º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93.

EDUARDO SHIGERU MITANI

Ordenador de Despesas

Aprovo de acordo com o artigo 7º, § 2º, incisos I, da Lei nº 8.666/93.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN

Diretor de Administração e Finanças

5.1.5 O local de execução dos serviços será nas dependências da Contratada, cujo endereço deve constar na proposta comercial, ou, em casos de emergência, no local onde se encontrar o veículo impossibilitado de deslocamento, desde que autorizado pela Contratante.

5.1.6 Ficará coberto pela pretensa contratação a frota composta por 05 (cinco) veículos conforme tabela:

CatSer	Item	Veículos/Placa	Especificação da Lavagem	Quantidade Estimada
13544	01	BLAZER JFP-8145 L200 TRITON QTE-7509 FRONTIER S 4X4 PAF-3413 FRONTIER S 4X4 PAF-3415	Serviço de Lavagem com aplicação de cera	96
	02	SANDERO EXPR 16V PAF-3732	Serviço de Lavagem com aplicação de cera	24

5.2. A contratação será de acordo com a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, previsto no Inciso II, Art. 24 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e a escolha se deu pela empresa que apresentou o preço mais vantajoso para a Administração, conforme Análise Crítica de Preços (4980088).

5.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.4 As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Projeto Básico.

5.5 A contratação prevista, uma vez autorizada, deverá possuir adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

6. Levantamento de Mercado

6.1. O levantamento de mercado será embasado de acordo com a Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, de acordo com os parâmetros a seguir dispostos:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o

índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia."

6.2. A pesquisa foi realizada observando o parâmetro IV, do artigo 5º, da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021. Não foram utilizados os parâmetros prioritários I, II e III da referida instrução pelo motivo de que os serviços envolvidos são específicos e personalizados para a lavagem dos veículos do Censipam, não sendo possível fazer juízo de similaridade com outras contratações do setor público. Sendo assim, são necessárias propostas formais e diretas dos fornecedores locais.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de lavagem, limpeza, conservação e enceramento, sob demanda, nos veículos que compõem a frota do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM no Centro Regional de Porto Velho – CRPV.

7.2. Os serviços que tratam o presente Projeto Básico deverão ser executados no período de 08h às 17h, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, devendo a empresa contratada fornecer os insumos e equipamentos necessários a execução do serviço.

7.3. O início da execução do objeto será a partir da assinatura do Termo do Contrato, a Contratada deverá considerar para o desenvolvimento de suas atividades as seguintes diretrizes:

7.3.1. Os serviços que tratam o presente Projeto Básico deverão ser executados com zelo e destreza;

7.4. Os serviços compreenderão: Serviço de Lavagem com aplicação de cera nos seguintes veículos:

- Blazer Placa JFP8145;

- L200 Triton Placa QTE7509;

- Frontier S 4X4 Placa PAF 3413,

- Frontier S 4X4 Placa PAF 3415; e

- Sandeiro Expr 16V placa PAF3732.

7.4.1. Serviço de Lavagem com aplicação de cera: compreende a lavagem do motor e da parte inferior do veículo (chassi, sistemas de transmissão e rodagem do veículo) com produtos automotivos específicos para esse fim, incluindo a lavagem dos vidros, pneus, tapetes e caixa de roda, limpeza do porta-luvas e painel com aplicação de silicone, assim como, os serviços de aspiração dos bancos, estofamento e carpetes, secagem, aplicação de cera e enceramento com material apropriado.

7.4.2. O enceramento deve ser realizado com produto de qualidade, como a cera em pasta ou cera líquida, as quais devem ser aplicadas com materiais macios, com flanelas específicas para tal fim, para alcançar a limpeza desejada.

7.5. A Contratada deverá lavar apenas veículos que contenham placa oficial constante do Projeto Básico;

7.6. Os serviços deverão ser executados, mediante requisição do Fiscal do Contrato, em estrita conformidade com as especificações e condições descritas no Projeto Básico e com as disposições do Termo do Contrato a ser celebrado;

7.7. Os serviços serão solicitados pelo Fiscal do Contrato, por meio de emissão de Ordem de Serviço - Apêndice C, do qual constarão a identificação do(s) veículo(s), abrangendo a marca, modelo/ano e número da placa, que será enviado por e-mail. A requisição poderá ser feita via telefone;

7.8. Os veículos serão conduzidos às dependências da Contratada, por motoristas autorizados pelo Contratante, juntamente com a Ordem de Serviço constando o tipo de lavagem a ser realizada;

7.9. A Contratada deverá atestar na ordem de serviço e/ou requisição emitida pelo Contratante o dia e hora do recebimento dos veículos para execução dos serviços, bem como seu estado de conservação;

7.10. O procedimento de entrega e recebimento do veículo será mediante anotação na Ordem de Serviço o dia e a hora do recebimento dos veículos das condições de recebimento e entrega com suas respectivas quilometragens – Apêndice C;

7.11. As solicitações de lavagem deverão ser atendidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação do Fiscal;

7.12. A Contratada assumirá todas as responsabilidades enquanto o veículo estiver em sua posse para a execução do serviço;

7.13. A empresa contratada deverá fornecer números de telefone fixos e celulares ou quaisquer outras formas de comunicação com os preposto e responsáveis pelos serviços;

7.14. A Contratada deverá refazer, às suas expensas, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, a partir da chegada do veículo ao estabelecimento da Contratada, os serviços que, a critério do Contratante e por responsabilidade da Contratada, não atendam aos requisitos necessários ou não estejam em conformidade com as especificações do Projeto básico, contados a partir da data de ciência do termo de recusa ou do recebimento da notificação do CENSIPAM, conforme o caso;

7.15. O valor mensal a ser pago será variável, conforme a quantidade de veículos lavados, devidamente comprovado com as respectivas Ordens de Serviço;

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. O levantamento dos quantitativos dos serviços de lavagem, limpeza, conservação e enceramento, nos veículos que compõem a frota do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM no Centro Regional de Porto Velho – CRPV, com fornecimento de todos os materiais necessários para execução dos serviços, está estimado conforme segue:

CatSer	Item	Veículos/Placa	Especificação da Lavagem	Quantidade Estimada
13544	01	BLAZER JFP-8145 L200 TRITON QTE-7509 FRONTIER S 4X4 PAF-3413 FRONTIER S 4X4 PAF-3415	Serviço de Lavagem com aplicação de cera	96
	02	SANDERO EXPR 16V PAF-3732	Lavagem completa com aplicação cera	24

8.2. Os serviços objeto deste Projeto Básico, serão executados somente sob demanda, de acordo com as necessidades deste Centro Regional, não constituindo qualquer obrigação por parte do CENSIPAM-CRPV em utilizar-se integralmente dos serviços contratados.

9. Estimativa do Valor da Contratação

9.1 O custo estimado da contratação é de **R\$ 6.840,00 (seis mil, oitocentos e quarenta reais)**.

CatSer	Item	Veículos/Placa	Especificação da Lavagem	Quantidade Estimada	Unitário	Valor Anual	Valor Global
13544	01	BLAZER JFP-8145 L200 TRITON QTE-7509 FRONTIER S 4X4 PAF-3413 FRONTIER S 4X4 PAF-3415	Serviço de Lavagem com aplicação de cera	96	R\$ 60,00	R\$ 5.760,00	R\$ 13.680,00
	03	SANDERO EXPR 16V PAF-3732	Serviço de Lavagem com aplicação de cera	24	45,00	R\$ 1.080,00	
	Valor Máximo Global					R\$ 6.840,00	

9.2 O custo estimado foi elaborado levando em consideração ao Mapa Comparativo de Preços (5028556) e a Análise Crítica de Pesquisa de Preços (4980088).

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 Ainda que seja regra do parcelamento das soluções a serem contratadas, essa não é absoluta, visto que a eventual divisão do objeto por itens pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução, especialmente com a perda da economia de escala.

10.2 O foco principal da contratação pretendida é uma só - a Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de lavagem, limpeza, conservação e enceramento, sob demanda, nos veículos que compõem a frota do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM no Centro Regional de Porto Velho – CRPV.

10.3 A solução de dividir pregões eletrônicos em itens é possível, de modo a possibilitar a ampliação da disputa entre os licitantes. Todavia, não pode haver prejuízo para o conjunto ou complexo licitado. Para que tal situação não ocorra, é possível reunir os itens em grupos, atentando-se para o fato de que o fracionamento em grupos deve respeitar a plenitude qualitativa do objeto da contratação. Pois, não é possível desnaturar o objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de inviabilidade na realização aceitável.

10.4 Ademais, se uma das etapas que envolvem a prestação de serviços de lavagem, limpeza, conservação e enceramento for realizada por várias empresas, há o sério risco de eventual indisponibilidade técnica ou contratual, caso uma delas implicar na paralisação geral do serviço, gerando severos prejuízos ao CENSIPAM.

Outrossim, não se pode desprezar o fato de que o eventual desmembramento do serviço eleva o risco de perda de confidencialidade e padronização do serviço como um todo.

10.5 Demonstra-se ser mais adequado e eficiente que a contratação pretendida seja selecionada através da Dispensa de Licitação constituído em 1 (um) grupo, pelo critério do preço mais vantajoso para a Administração, conforme Análise Crítica de Preços (4980088).

10.6 A realização da contratação, em itens reunidos em 1 grupo único, certamente é a que atende as necessidades do Centro Regional de Porto Velho/RO, pois necessitam contratar serviço único e integrado. Logo, reside no fato de que aquilo que pode ser reunido deve ser concentrado, solução esta que não pode ser diferente quando se pretende proceder à contratação de determinado serviço que funcione perfeitamente e em completa harmonia e interligação.

10.7 Os benefícios de eficiência com a melhoria da gestão e redução dos custos de gestão contratual, vão ao encontro da necessidade que a Administração Pública tem de otimizar seus recursos de maneira eficaz e efetiva com a finalidade de satisfazer aos anseios da sociedade, assegurando assim, o bem comum.

10.8 Portanto, a prestação de serviços de lavagem, limpeza, conservação e enceramento, em virtude das especificidades do serviço, faz-se mais adequada a contratação conjunta do objeto por grupo, de modo a permitir a concentração da responsabilidade pelos serviços prestados e a garantia dos resultados e possibilitando, inclusive, maior nível de controle pela Administração na execução do Termo do Contrato e maior interação entre as diferentes fases dos serviços.

10.9 Assim, sem prejuízo da viabilidade técnica e econômica da licitação, ou perda de escala ou detrimento do melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade, o serviço será contratado em 1 (um) único grupo, consistente na Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de lavagem, limpeza, conservação e enceramento, sob demanda, nos veículos que compõem a frota do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM no Centro Regional de Porto Velho – CRPV.

10.10 A licitação em grupo consiste na reunião de itens em um mesmo grupo, de modo que a disputa ocorra de forma global, resultando na contratação de um fornecedor para provimento do conjunto da solução de cada grupo. Do ponto de vista técnico, consideramos que todos os itens de cada grupo da pretensão contratual fazem parte de uma solução integrada de modo que sua divisão é prejudicial ao conjunto do objeto.

10.11 Desse modo, avaliando as características do objeto pretendido neste estudo, consideramos que o agrupamento da pretensão contratual é técnica e economicamente viável, sendo que a necessidade de parcelamento da pretendida Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de lavagem, limpeza, conservação e enceramento sob demanda, nos veículos que compõem a frota do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM no Centro Regional de Porto Velho – CRPV.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 Não se vislumbra a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A contratação encontra-se alinhada com o Plano Anual de Contratações deste órgão que encontra respaldo institucional conforme previsão no Planejamento Estratégico do Censipam - 2022-2023, constando no Objetivo Estratégico - OE5 - Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura e alinhado com o Plano de Trabalho Anual - PTA/2022, sob a seguinte classificação orçamentária:

a. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional

b. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia

c. Fonte: 100

d. Plano Orçamentário (PO): 0007 – Funcionamento e Manutenção do Censipam

e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168640

f. Natureza da Despesa:

ITEM	DESCRIÇÃO	NATUREZA DA DESPESA
1	Lavagem Simples	33.90.39.78 - Limpeza e Conservação
2	Lavagem completa com aplicação de cera	33.90.39.78 - Limpeza e Conservação

g. Código do Sistema PTA/2022:245/22 – Execução do Contrato de Lavagem de veículos (CRPV).

13. Resultados Pretendidos

13.1 Espera-se com esta nova contratação, no mínimo, os seguintes efeitos:

13.1.1 Manter a frota de veículos em perfeito estado de higienização, assim como preservar a vida útil dos mesmos, deixando-os em perfeito estado de conservação, bem como, o bem estar dos usuários, com segurança, eficiência e confiabilidade;

13.1.2 Manter a frota de veículos em condições ideais de funcionalidade e confiabilidade, visando à segurança dos usuários e terceiros;

13.1.3 A contratação visa a atender as necessidades dos serviços de limpeza e higienização dos veículos integrantes da frota oficial do Centro Regional de Porto Velho do CENSIPAM, considerando tratar-se de medida administrativa relacionada à conservação e zelo com bens públicos, tendo em vista a responsabilidade da Administração em preservar tais veículos em condições de uso de modo que estejam bem apresentáveis, visto que limpeza e higiene são sempre essenciais para qualquer atividade.

13.1.4 Preservar e maximizar a vida útil dos veículos, desacelerando o processo de depreciação;

13.2 Ganhos Diretos:

13.2.1 Ambiente dos veículos sempre em boas condições de limpeza e conservação;

13.2.2 Economia na gestão de materiais e equipamentos, com a contratação desses grupos em conjunto com o fornecimento dos serviços;

13.2.3 Melhoria no atendimento do público interno e externo;

13.2.4 Otimização de custos administrativos de gerenciamento de todo o processo de contratação, da força de trabalho que possuímos tanto na gestão quanto fiscalização de Contratos.

13.3 Benefícios Indiretos:

13.3.1 Melhor prestação dos serviços públicos prestados, com melhor gestão e economia dos recursos disponíveis;

13.3.2 Manter a integridade e a prestação dos serviços com diligência e perfeição, cumprindo rigorosamente o objeto desta contratação, as normas e as legislações pertinentes, que atenda de forma plena e satisfatória.

13.3.3 A contratação será processada por meio da modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, proporcionando a participação de Empresas do mercado local, mesmo assim, possibilita a Administração obter preços compatíveis com os praticados no território nacional, representando dessa forma vantagens econômicas ao erário, uma vez que, não implicará em investimentos, tais como: treinamento e a administração de mão de obra, locação e/ou aquisição de equipamentos específicos, igualmente, permitirá a mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados

13.3.4 Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

13.3.5 Maior geração de empregos, preferencialmente, com mão de obra local;

13.3.6 Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

13.3.8 Políticas empresariais de eliminação de desperdícios e redução de consumo de bens consequentes da exploração de riquezas naturais, tais como: consumo de energia elétrica; a promoção do adequado tratamento de rejeitos como papel, de instrumentos, de equipamentos elétrico-eletrônicos obsoletos, oportunizando suas reciclagens; além de promover ações de responsabilidade social e cidadania, comprovando o cumprimento da Instrução Normativa nº 01 SLTI/MPOG, de 19/01/2010 e os resultados práticos obtidos.

14. Providências a serem Adotadas

14.1 Não há providências a serem tomadas pelos CRPV, uma vez que a empresa a ser contratada será responsável pela prestação dos serviços de lavagem, limpeza, conservação e enceramento.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 A contratação requer que a Contratante exerça práticas de sustentabilidade previstas no Projeto Básico, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União - Agosto/2021 - 4ª edição.

15.2 Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, atendendo as boas práticas de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante;

15.3 A contratada use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

15.4 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

15.5 Observe a Resolução CONAMA Nº, de 7 de dezembro de 1994, quando aos equipamentos de limpeza que gerem ruídos no seu funcionamento;

15.6 Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;

15.7 Os materiais básicos empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto;

15.8 A qualquer tempo a Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outro, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais;

15.9 A Contratada deverá instruir os seus empregados quando à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das boas práticas de responsabilidade ambiental;

15.10 A Contratada deverá observar as práticas relacionadas:

a) aplicar Oil Sorb, a base de Vermiculita, para limpeza de derramamentos de óleo ocorridos pela utilização de equipamentos ou na manutenção de viaturas;

b) estabelecer uma política de lavagem das viaturas que evite uso excessivo d'água e observe um cronograma para as lavagens; e

c) instalar junto ao posto de lavagem de viaturas, junto às oficinas e aos postos de abastecimento uma caixa coletora de água que permita a separação dos óleos e impurezas, por decantação ou outro processo, antes da liberação da água efluente, destinando os resíduos retidos a empresas ou cooperativas recolhedoras., [Roteiro Prático de Ações Sustentáveis na Administração Pública/Vogelmann Jr, Jorge Carlos. Porto Alegre: ESF2014].

15.11 Efetuar o recolhimento do produto ou embalagem oriundos da prestação dos serviços, para fins de destinação final ambientalmente adequada.

15.12 Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela CONAMA.

15.13 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto 48.138, de 08 de outubro de 2003.

15.14 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicos poluentes.

15.15 A fiscalização poderá solicitar a qualquer tempo a comprovação do descarte adequado dos materiais sob pena da aplicação de sanções.

15.16 Cumprir, além das normas de segurança constantes destas especificações, todas as outras disposições legais, federais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência, imprudência ou imperícia quantos às precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais na execução dos serviços.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de toda a análise desenvolvida nos estudos preliminares, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME a contratação mostra-se viável em termo de disponibilidade de mercado, forma de prestação dos serviços, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao

prosseguimento da presente contratação no formato indicado.

17. Responsáveis

SERGIO LUIZ MARQUES FRAGA

Integrante Requisitante

JOSÉ ONALDO DE SOUZA JUNIOR

Integrante Técnico

DARCLEY DE LIMA ANDRADE

Integrante Administrativo

APÊNDICE B
FROTA DE VEÍCULOS E PERIODICIDADE DOS SERVIÇOS

VEÍCULOS DO CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO – CRPV			
Marca	Modelo	Ano	Placa
MITSUBISHI	L200 TRITON SPORT GL 2.4 4X4 MT	2018/2019	QTE-7509
NISSAN	FRONTIER S 4X4	2015/2015	PAF 3413
	FRONTIER S 4X4	2015/2015	PAF 3415
RENAULT	SANDERO EXPR 1.6	2015/2015	PAF 3732
CHEVOLET	BLAZER	2003/2004	JFP-8145

PERIODICIDADE ESTIMADA DOS SERVIÇOS

SERVIÇO DE LAVAGEM COM APLICAÇÃO DE CERA				
Especificação	Ano	Placa	Quantidade	
			Mensal	Anual

BLAZER	2003/2004	JFP-8145	2	24
L200 TRITON	2018/2019	QTE-7509	2	24
FRONTIER S 4X4	2014/2015	PAF-3413	2	24
FRONTIER S 4X4	2014/2015	PAF-3415	2	24
Serviço de Lavagem com aplicação de cera				96
SERVIÇO DE LAVAGEM COM APLICAÇÃO DE CERA				
Especificação	Ano	Placa	Quantidade	
			Mensal	Anual
SANDERO EXPR 16V	2015/2015	PAF-3732	2	24
Serviço de Lavagem com aplicação de cera				24

APÊNDICE C

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

(Modalidade da licitação e Forma de realização) Nº ____/____.

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão: ____ / ____ / ____	Serviço:
Termo do Contrato nº: /	Processo nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA		
Razão social:	CNPJ:	
Endereço:		
Telefone:	Fax:	E-mail

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
Total				

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORAS DEMANDADAS/ REMUNERAÇÃO POR HORAS					
N.º	Serviço	Metodologia*	Quantidade de horas	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
Total					

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS	

DEMAIS DETALHAMENTOS

LOCAL DE REALIZAÇÃO

Nº do item	Quantidade	Endereço	Data a ser executado

RECURSOS FINANCEIROS
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:
Unidade Orçamentária:
Função Programática:
Projeto de Atividade:
Elemento de Despesa:
Fonte de Recurso:
Saldo Orçamentário:

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	
Local, data	Local, data
Responsável pela solicitação do serviço	Responsável pela avaliação do serviço

APÊNDICE D

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES

17/11/2023, 10:44SEI/MD - 5441182 - Projeto Básico

Declaramos conhecer as condições e peculiaridades do Projeto Básico nº 13/2022, cujo objeto é a Contratação especializada para prestação dos serviços de lavagem, limpeza, conservação e enceramento, sob demanda, nos veículos que compõem a frota do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM no Centro Regional de Porto Velho – CRPV.

Empresa: _____

C.N.P.J.(MF): _____ Telefone: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Responsável Técnico: _____

Porto Velho - RO, _____ de _____ de 2022.

Responsável Técnico da Empresa

APÊNDICE E

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Indicador	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a qualidade e eficácia dos serviços abrangidos pelo Termo do Contrato e essenciais para o cumprimento do objeto pela Contratada. Objetivando estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados pela Contratada.
Meta a cumprir	Mensal/Demanda, conforme obrigações contratuais.
Instrumento de medição	Cálculo de Índice de Desempenho Mensal na avaliação devem ser atribuídos ao formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços, os conceitos “Ótimo”, “Bom”, “Regular” e “Ruim”, equivalentes e respectivo aos valores: 100, 90, 80 e 50 para cada item avaliado. 1. Ótimo - O 2. Bom - B 3. Regular - RE 4. Ruim – R
Forma de acompanhamento	Inspecções “in loco” e documentos exigidos no Termo do Contrato.
Periodicidade	Demanda conforme OS
Mecanismo de Cálculo	Apuração mensal da quantidade de ocorrências para determinação do Índice de Desempenho.
Início de Vigência	Data da assinatura do Termo do Contrato.
Faixas de Ajustes no Pagamento – Nota Obtida	Penalidade a Ser Aplicada
Para resultado entre 80 a 100	Pagamento de 100% da Nota Fiscal ou Fatura
Para resultado entre 60 a 79	Pagamento de 90% da Nota Fiscal ou Fatura
Para resultado abaixo de 60	Pagamento de 80% da Nota Fiscal ou Fatura

Legenda:	O = Ótimo	B = Bom	RE = Regular	R = Ruim	NP = Não
Descrição	Itens Avaliados - Serviços/Procedimentos				Co
Ordem de Serviço	1	Atendimento das OS até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação do Fiscal.			
	2	Pessoal qualificado para execução dos serviços.			
	3	Na execução dos serviços foram utilizados materiais, ferramentas e equipamentos adequados.			
Execução dos Serviços	4	Lavagem da lataria.			
	5	Lavagem dos vidros.			
	6	Lavagem dos pneus.			
	7	Lavagem dos tapetes.			
	8	Lavagem da caixa de roda.			
	9	Limpeza do Porta-luvas com aplicação de silicone.			
	10	Limpeza do painel com aplicação de silicone.			
	11	Aspiração dos bancos.			
	12	Aspiração do porta mala.			
	13	Aspiração do estofamento e carpetes.			
	14	Secagem.			
	15	Lavagem do motor.			
	16	Lavagem inferior (chassi, sistemas de transmissão e rodagem do veículo).			
	17	Enceramento.			
	18	Lavagem a seco da parte interna.			

Quantidade de Itens Avaliados = X			
Conceitos	Quantidade (A)	Equivalência (E)	Pontos Obtidos (Y) (Y= A ÷ E)
Quantidade de Ótimo =		x 100 (Ótimo)	

Quantidade de Bom =		x 90 (Bom)	
Quantidade de Regular =		x 85(Regular)	
Quantidade de Ruim =		x 50 (Ruim)	
Total			

Nota Final	
-------------------	--

A nota Nota Final será obtida mediante o resultado da somatória total dos pontos obtidos (Y) dividido pelo número de Itens Avaliados (X).

$$N = \frac{\sum y}{x}$$

Faixa de Ajuste para Pagamento da Fatura Mensal	
100% da Nota Fiscal ou Fatura	Para resultado entre 80 a 100.
95% da Nota Fiscal ou Fatura	Para resultado entre 60 a 79.
80% da Nota Fiscal ou Fatura	Para resultado entre 51 a 69.
70% da Nota Fiscal ou Fatura	Para resultado abaixo de 69.

Para resultados abaixo de 69, a Contratada além do desconto previsto na Faixa de Ajuste de Pagamento ficará sujeitas às sanções devidas por descumprimento contratual previsto no item 19 - Das Sanções Administrativas, do Projeto Básico.

Local: Porto Velho – RO

Fatura: _____

Data: / /2022

Fiscal do Termo do Contrato: _____

Matrícula: _____

Fiscal do Termo do Contrato

Portaria nº _____/DIRAF/MD

CENSIPAM/CRPV



Documento assinado eletronicamente por **José Onaldo de Souza Júnior, Assessor(a)**, em 11/08/2022, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Roseval Serrado Leite, Gerente do Centro Regional**, em 11/08/2022, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Diretor(a)**, em 23/08/2022, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **5441182** e o código CRC **ED5BBEE9**.